



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 18 DE SETEMBRO DE 2002

Senhores Ministros aqui presentes; Embaixadores; Senhor Presidente da Caixa; Senhora Ministra; Senhoras e Senhores,

Tenho acompanhado com muito entusiasmo esse processo que está ocorrendo no Governo, ao redor da utilização das novas técnicas de informatização dentro do Governo Federal. E eu não só o faço pelo gosto de ver de perto as inovações de ordem técnica, mas também acho, como os Ministros já mencionaram, que isso faz parte do nosso processo de democratização. Acho que isso é importante.

Nós todos sabemos que vivemos numa sociedade que tem sido chamada de sociedade de informação, sociedade em rede, para usar a expressão do Professor Manuel Castells; e que isso, hoje, é um truísmo. Aliás, recentemente, me encontrei no Rio, semana passada, com o Professor Castells, um dos mais maiores analistas dessa nova sociedade, e aproveitei para entregar-lhe o nosso “Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil”, que o Ministério de Ciência e Tecnologia desenvolveu, para mostrar o quanto nós temos realmente avançado nessa matéria. A questão do chamado e-government, quer dizer, o governo

eletrônico, não pode ser encarada como se fosse apenas uma questão de diletantismo, porque não é.

Nós acabamos de assistir, aqui, as exposições do Ministro Pedro Parente e do Ministro Guilherme Dias, que mostram muito bem o alcance desse esforço que tem sido feito no Brasil. E eles disseram que isso é fundamental para a democratização, em primeiro lugar, pelo que já foi recalcado aqui, várias vezes: pela transparência.

Hoje, não se sabe tudo, mas se sabe quase tudo. E o pouco que não se sabe, daqui a pouco tempo vai saber-se também, porque nós estamos avançando mais e mais e mais na direção de uma sociedade mais transparente. Poucos países avançaram tanto quanto o Brasil. Nenhum em vias de desenvolvimento, emergente, sob que nome se lhe dê, avançou tanto quanto o Brasil. Em tudo: nas contas públicas, nas relações com o Banco Central. Não sei se foi o Fundo Monetário ou se foi o Banco Mundial que recentemente fez uma referência especial ao grau de transparência das contas brasileiras, que é muito elevado, bastante mais elevado do que na maioria dos países, até mesmo do que nos países chamados já desenvolvidos. Temos, realmente, hoje, uma capacidade de controlar e publicar – dar conhecimento delas – as informações com muita presteza e com muita “couraça”, e os dados são fidedignos.

Todos sabem também do enorme esforço que foi feito no âmbito do orçamento, não só pela modificação das práticas orçamentárias, definindo novos requisitos para a elaboração do orçamento, a partir, sobretudo, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que haja um sentimento de responsabilidade efetiva no cumprimento das decisões orçamentárias. E todas essas decisões, hoje, estão à disposição da cidadania. Pelo menos os parlamentares têm acesso direto a todo o gasto público no Brasil. Poucos países têm isso, com a franqueza com que nós, aqui, conseguimos, para fazer com que, efetivamente, haja um controle por parte da sociedade sobre o comportamento dos que dirigem o País.

Isso é muito significativo, desde o sentido mais amplo do que seja democracia nos dias de hoje, que naturalmente requer uma complementação da democracia representativa para uma democracia mais ativa, mais participativa. E que depende de informação. Sabem todos que

não existe democracia sem que exista, também, a formação da opinião pública, mesmo lá atrás, quando a própria idéia de opinião pública começou a nascer, a idéia de espaço público – e existem vários estudos sobre isso, notadamente de um antropólogo chamado Richard Sennett, que mostram muito bem os requisitos para a formação desse espaço público.

Vê-se que, desde o século XVIII, os chamados coffee houses e os salões literários tiveram papel importante na discussão, na formação da opinião pública. Hoje, nós temos os cafés cibernéticos, que começam a ter, também, esse espaço, e os quiosques, onde a população tem acesso à informação. São um alargamento da formação da opinião pública. Acho que isso tem uma importância fundamental.

Enganam-se os que pensam que a opinião hoje não está ligada nesse tipo de rede. Está ligada. Eu tenho acompanhado, por exemplo, o que acontece em regiões remotas do Brasil, quando têm acesso à Internet e quando começam a se organizar através de alguma rede, e o efeito que isso tem. As discussões que se travam, através das redes de comunicação, nesses pequenos grupos, a respeito dos processos sociais é impressionante.

No Programa Comunidade Solidária, onde a Ruth tem uma participação ativa e me passa, vez por outra, os e-mails que ela recebe e os e-mails trocados entre crianças, ou adolescentes, jovens que estão participando dessas redes, isso é impressionante. No interior do Maranhão, do Amazonas, do Pará, de Goiás, onde seja, existem pessoas que estão se ligando. Essa a maneira, no mundo moderno, de evitar a exclusão social. Como se evita a exclusão social? É através não só desses mecanismos; mas são mecanismos de inclusão social. É claro que isso nos leva à preocupação, que é de todos nós, de evitar o gap digital. Nós temos que, realmente, generalizar o acesso crescentemente. Os dados mostram que cresce muito esse acesso aqui no Brasil.

E isso só foi possível porque nós fizemos uma outra transformação, que foi na questão da telefonia. Se não tivéssemos feito a privatização da telefonia... As pessoas às vezes falam, comentam essas questões de privatização e se esquecem do que foi isso, do que era a telefonia no

Brasil antes e o que é hoje. O Ministro Juarez Quadros está aí e saberá mais do que eu. Hoje nós temos 80 milhões de linhas, entre fixas e celulares. Contra quantas? Contra 20 milhões no passado. Temos 80 milhões! Multiplicou-se por quatro. Sem isso não poderíamos estar falando em acesso à Internet, não poderíamos estar falando em informatização, não poderíamos estar falando realmente em democracia de massas.

Então, a privatização foi condição para que dessemos esse espaço para a nossa sociedade, porque pudemos, num prazo muito curto, colocar uma massa de recursos de que o Estado não dispunha para poder modernizar, dinamizar e revolucionar esse sistema todo.

O fato é que, com isso, hoje, temos realmente as condições de infra-estrutura – se é que se pode chamar até software de infra-estrutura – para que realmente exista um sistema mais democrático no Brasil, com mais acesso à informação e com maior capacidade de controle.

Acho isso muito importante e muito significativo. E, no que diz respeito aos trabalhos feitos dentro do Governo, chefiados pelo Ministro Pedro Parente, com a colaboração imensa de centenas, senão que de milhares de pessoas, entre técnicos, funcionários e consultores, etc., realmente, aí houve uma transformação imensa. Para começar, em termos do peso da própria papelada burocrática. Eu e o Doutor Pedro Parente somos quem sabe o que significava, ao fim do dia, chegar à mesa do Presidente da República uma pilha de papel para assinar, muitas vezes papel que não precisava chegar até a mim. Ou a papelada para Imprensa Oficial ou para o Arquivo Nacional ou para o Congresso.

Hoje, isso tudo é feito através de meios eletrônicos, sem perda nenhuma, como já foi dito aqui, da confiabilidade, da privacidade e tudo mais. É uma revolução da vida daqueles que trabalham dentro da máquina de governo. E dos que estão fora, também, porque podem controlar mais.

São aspectos muito significativos. À Receita Federal foram 90 milhões de acessos, no período de um ano. Noventa milhões são 380 mil pessoas por dia que estão se comunicando com a Receita Federal. É uma massa impressionante, alguma coisa que tem um significado transcendente, porque, efetivamente, ninguém podia imaginar isso.

Quantas vezes mencionei, pelo mundo afora, o fato de que nós, aqui, utilizamos muito a Internet para a prestação do serviço de Imposto de Renda. E todo mundo fica surpreso. Nenhum país a utiliza tanto quanto nós. Noventa e seis por cento do conjunto do Imposto de Renda são feitos através de meios eletrônicos. Isso não quer dizer que todos tenham um computador em casa, mas têm acesso a um local que tem, e é possível, portanto, utilizar esse local.

Nós, às vezes, minimizamos o esforço feito pela nossa população. Noventa milhões de pessoas consultaram o Imposto de Renda. Significa que o Imposto de Renda é duro, também, mas significa que as pessoas têm um modo – e têm que ter – de se informar de maneira mais direta. São 1.700 serviços e 21.000 informações diferenciadas, incluindo, por exemplo, todo o sistema do Congresso Nacional, porque toda nossa legislação, hoje, também está interligada, e é possível ter essa informação.

Foi feito em quanto tempo? Dois, três anos? Havia um pouco antes, mas só foi acelerado, realmente, nesse período.

Então, devemos nos orgulhar dessas transformações que estamos fazendo no Brasil, porque isso é a democracia se enraizando no País, de acordo com o que ela é no dia de hoje, que não pode ser só a representativa: ela tem que ser também de uma interação mais direta entre o cidadão e a máquina pública, e os que tomam decisões importantes. Portanto, existe, aí, uma participação ampliada.

Eu vejo tanta gente fazer propaganda de orçamento participativo. Aqui, não temos só orçamento, não. Tudo é participativo. Quando se vai enviar uma lei ao Congresso, vai para audiência pública, e as pessoas opinam, e se modifica a legislação em função dessa participação. Só que, como somos maus de propaganda, talvez o País não saiba o quanto já avançou nessa matéria de realmente possibilitar a utilização desses meios que a telemática, a informática permite hoje em dia.

Isso, claro, significa que vamos ter que continuar com a questão da universalização e, finalmente, obter que o Congresso permita que se use o Fust para aquilo para que ele foi criado e sem as picuinhas partidárias, para que haja realmente a possibilidade de o Brasil avançar mais e mais.

Talvez tão significativo quanto isso seja o fato de que, ao fazermos essas transformações, estamos reformando o Estado brasileiro. Quantas vezes ouvi dizer que o Governo queria acabar com o Estado porque era neoliberal? Ledo engano. Queríamos, simplesmente, fazer o Estado mais competente, mais inteligente, mais ágil e mais transparente. E estamos fazendo. Hoje, o Estado é mais competente do que era há oito anos, é mais inteligente, porque tem mais informação, e é mais transparente, porque o acesso a essa informação existe. Portanto, é mais democrático. E pode ser mais eficiente também, porque tem mais agilidade para as suas tomadas de decisão.

Hoje, todo o Orçamento da União é feito por programas. E esses programas são todos conectados com o Plano Plurianual, que é o PPA. E a tudo isso se tem acesso pelo computador: pode-se saber como está avançando cada programa, quanto custou, quanto gastou, qual foi o avanço de cada obra. E não só obra física, mas também nos programas sociais. Nada disso existia.

Dizer-se que é um Estado menos eficaz, que é um Estado que encolheu? Mas não encolheu. Ele se ampliou, e se ampliou na direção correta: da sociedade, e não da burocracia, e não de ficar fechado nele próprio, gastando mais e mais dinheiro, sem prestar contas a ninguém.

E, talvez tão importante quanto tudo isso – emendando com o final do que disse o Ministro Guilherme Dias – seja a questão da ética pública. Quanta gente faz discurso, às vezes, de boa-fé, às vezes, demagógico, sobre corrupção? Quanta gente é conivente com o atraso? E a conivência com o atraso é a base da corrupção. Então, à medida que se tem um sistema mais moderno, mais eficiente, mais transparente, menor a corrupção. À medida que se tem o que foi aqui mencionado pelo Ministro Guilherme Dias – pregões eletrônicos, preços de base para fazer esses pregões, cadastros públicos –, menos corrupção, obviamente. E, quando se tem “brasnet”, ou seja, quando se tem um sistema para controlar o avanço físico das obras, como vamos ter, menor a corrupção possível.

O que adianta fazer discurso irado contra a corrupção, se, ao mesmo tempo, se mantém o atraso? Não adianta. Não se avança. O que se tem que fazer são modos concretos, estruturais de impedir que haja desvio

dos propósitos públicos, portanto, impedir que haja corrupção. Hoje, quando alguém quer denunciar alguém, pronto, vai lá à Doutora Nadyr, ela põe no computador, na hora, na Internet, e todo mundo fica sabendo o que está acontecendo. Foi acusado de quê? O que aconteceu? Apurou? Não apurou? Está lá. É público. É transparente. Não existe uma denúncia – uma – que chegue a qualquer um de nós e não vá, imediatamente, a ela para apurar, até para desmistificar os que usam a denúncia como forma puramente de fazer política, sem ter o objetivo efetivo de aperfeiçoar as instituições, de aprimorar e, menos ainda, de punir alguém. Quer apenas fazer borbulho. Esse borbulho vai acabando, em função desse mecanismo direto de acompanhamento, caso a caso, das centenas de casos – que são mencionados, às vezes, com muita irresponsabilidade.

A tecnologia atual nos permite controlar tudo isso, nos permite evitar que haja, por um lado, a infâmia e, por outro lado, o descaso. Mas, para isso, é preciso que haja compreensão das técnicas modernas, da necessidade de se ter um Estado completamente diferente do que foi o Estado burocrático, às vezes autoritário, às vezes populista, do passado. Nossa Estado, hoje, não é mais um Estado burocrático, autoritário, nem é um estado populista, mas é um Estado competente, que vai continuar sendo, com capacidade regulamentadora, que vai ter responsabilidade pública. E não vamos nos preocupar se ele cresceu ou não cresceu: é preciso perguntar é se cresceu bem, corretamente, na direção certa, ou se inchou. Tínhamos um Estado inchado. Nós desinchamos esse Estado. Não completamente ainda, porque isso é um processo. Mas o que foi possível fazer nós fizemos, para tornar esse Estado um Estado mais democrático, mais competente e mais transparente.

E tem a ver com o e-government, porque isso vai permitir, de maneira permanente, mais duradoura, a continuidade desse processo, de tal maneira que, no futuro, mesmo que alguém queira retroagir, não terá condições, porque as máquinas estão já em funcionamento, os hábitos vão se enraizando; há uma cobrança por parte da opinião pública, de tal maneira que esses mecanismos vão se mantendo e vão avançando.

Creio que, além dessas poucas palavras que acabo de proferir para mostrar, no meu modo de ver, a importância do que vocês estão fazendo, não tenho nada mais a fazer senão felicitá-los, felicitar aqueles que levaram adiante, com tanto empenho, esse processo, desde os Ministros aqui presentes, e o Ministério das Relações Exteriores, cujo nome não citei no início desta apresentação, porque passamos o dia inteiro juntos hoje e me dispensei de citá-lo. Mas eu queria felicitá-los, porque acho que, efetivamente, o que está sendo feito, e silenciosamente, feito de maneira abnegada, dedicada, é fundamental para garantir não só aquilo que é importante para nós, como homens públicos, que é a eficiência da máquina pública, mas, mais importante do que isso, a democracia, a transparência e a ética pública.

Muito obrigado.